

LUÍS MIGUEL RIBEIRO, PRESIDENTE DA AEP, DEFENDE MENOS CARGA FISCAL

Estabilidade política e reformas estruturais são essenciais à competitividade

Num contexto marcado por incerteza interna e externa, Luís Miguel Ribeiro, presidente da Associação Empresarial de Portugal (AEP), sublinha que a confiança dos empresários depende da estabilidade política e de uma estratégia consistente. Em entrevista à Vida Económica” destaca a urgência de reformas estruturais, defende a redução da carga fiscal e aponta falhas na execução dos fundos europeus como entraves ao crescimento económico.

Vida Económica - Quais são, na sua opinião, os principais desafios que as empresas portuguesas enfrentam no atual contexto económico?

Luís Miguel Ribeiro - As empresas enfrentam hoje um cenário de elevada incerteza, quer pela instabilidade política nacional, quer pelo cenário internacional pautado por conflitos geopolíticos, políticas monetárias de controlo da inflação e, mais recentemente, por uma guerra comercial imposta pelos EUA. A tudo isto juntam-se os desafios das alterações tecnológicas, das transições digital e ambiental, ou ainda o demográfico, com implicações diretas no mercado de trabalho.

Perante desafios desta magnitude, a previsibilidade torna-se um fator crítico para a confiança dos agentes económicos. O próximo Governo deve, por isso, garantir



Luís Miguel Ribeiro apela a uma estratégia política de longo prazo para garantir estabilidade, atrair investimento e impulsionar o crescimento das empresas.

acima de tudo a estabilidade política. No entanto, esta estabilidade deve ser acompanhada de uma visão estratégica de longo prazo, construída com base em consensos alargados entre os principais partidos. Só assim será possível concretizar reformas estruturais há muito adiadas, não apenas na economia, mas também em áreas fundamentais como a justiça, a saúde, as infraestruturas e a habitação.

VE - Que alterações concretas gostaria de ver introduzidas na política fiscal para melhorar a competitividade das empresas portuguesas?

LMR - A excessiva carga fiscal, quer sobre as famílias quer sobre as empresas é um dos fatores mais inibidores do crescimento económico, designadamente pelas sérias implicações em termos de atratividade do investimento e da atração

e fixação de pessoas no país.

Por isso, é importante assegurar uma redução da carga fiscal sobre os salários e sobre a atividade empresarial de forma a incentivar a retenção de talento, aumentar o rendimento disponível das famílias, e aumentar a produtividade e a competitividade da economia portuguesa, por forma a promover um crescimento mais robusto e sustentado.

Importa repensar o atual nível de progressividade fiscal, que desencoraja a iniciativa daqueles que mais contribuem para o crescimento e promove a saída dos mais qualificados.

VE - Que medidas estruturais são necessárias para facilitar o crescimento, a inovação e a internacionalização destas empresas?

LMR - A AEP tem sido uma

Estabilidade política é determinante para a confiança e investimento das empresas

voz ativa na promoção de medidas de apoio ao escalar das empresas, à inovação e internacionalização da economia portuguesa. Para nós é claro que o crescimento sustentável do país depende de maiores níveis de investimento e exportações, onde o redimensionamento empresarial é um fator muito importante.

Nesse sentido, reforçamos a necessidade de o próximo Governo apoiar o investimento e a internacionalização, através de uma execução célere dos fundos europeus e de um Banco Português de Fomento (BPF) eficaz no apoio à economia. Será também necessário avançar com a reindustrialização da economia, fundamental para elevar os níveis de produtividade.

VE - Que instrumentos devem ser mobilizados pelo Estado para apoiar as empresas na adaptação às novas exigências tecnológicas e ambientais?

LMR - Os desafios inerentes às transições energética e digital exigem um forte compromisso público, apoiado por uma utilização estratégica e eficaz dos fundos europeus. Para que estas transições sejam bem-sucedidas, para além de uma aposta no investimento em capital físico, é fundamental garantir que os trabalhadores dispõem das competências adequadas.

Nesse sentido, a AEP apela ao próximo Governo para apoiar de forma significativa o investimento empresarial privado, quer na vertente do capital físico quer huma-

no, ambos conducentes à melhoria da produtividade e da competitividade das empresas e, por essa via, da nossa economia.

Não devemos esquecer que só é possível distribuir riqueza e assegurar serviços públicos de qualidade se primeiro formos capazes de a criar.

VE - Como avalia a execução dos fundos europeus e o seu real impacto nas empresas até agora?

LMR - A execução dos fundos europeus continua aquém do desejável, comprometendo o aproveitamento pleno de uma oportunidade histórica. Portugal encontra-se num período excecional de financiamento – com o PRR e o PT2030 em vigor –, com níveis recorde de dotações europeias.

Neste contexto, é crucial que a instabilidade política não comprometa a boa execução dos fundos europeus e, paralelamente, é imperativo enfrentar o “défice” de trabalhadores, com uma política de migração séria, regulada e estratégica, que permita responder às necessidades do mercado de trabalho sem descuidar a integração social. De notar que a escassez de mão-de-obra em Portugal é o principal risco identificado para a economia portuguesa pelo World Economic Forum no “Global Risks Report 2025”.

Deve ser ainda recordada a necessidade, transversal a todos os pontos referidos anteriormente — e particularmente alarmante no caso da execução dos fundos europeus —, de o próximo Governo promover uma total desburocratização na relação do Estado com as empresas, simplificando procedimentos administrativos, agilizando aprovações e eliminando entraves que continuam a dificultar o acesso eficaz aos apoios públicos e a atividade diária das empresas.

EM CAUSA ESTAVA A INTERFERÊNCIA DO PODER POLÍTICO NO SETOR FINANCEIRO

António Costa e Carlos Costa terminam litígio judicial

António Costa e Carlos Costa chegaram esta semana a um acordo extrajudicial que pôs fim ao litígio que os opunha desde 2022, num processo marcado por acusações de interferência política e alegadas ofensas ao bom nome. O desfecho surgiu após o Tribunal da Relação de Lisboa ter autorizado a divulgação de documentos confidenciais do Banco de Portugal, viabilizando prova decisiva para Carlos Costa.

Em causa estava uma reunião de abril de 2016 entre o então governador e Isabel dos Santos, referida no livro “O Governador”, onde Carlos Costa afirma ter sido pressionado por António Costa para não afastar a empresária do BIC, alegadamente dizendo: “Não se trata mal a filha do presidente de um país amigo” — frase que o ex-primeiro-ministro sempre negou. Estavam também

em causa decisões sobre o processo BPI, a OPA da La Caixa e a idoneidade de Isabel dos Santos.

Além da ata da reunião, a decisão judicial permitiu a divulgação de 28 comunicações eletrónicas sobre o caso Banif, uma carta da Autoridade Bancária Europeia e a resposta do Banco de Portugal — documentos até então protegidos por sigilo.

Ambas as partes optaram por encerrar consensualmente o processo. António Costa, que acusava Carlos Costa de atentar contra a sua honra, e Carlos Costa, que exigia reatuação pública, desistiram das ações judiciais. No acordo, reconheceram boa-fé no exercício das respetivas funções. António Costa declarou que Carlos Costa agiu, enquanto governador, dentro das exigências legais e visando proteger a estabilidade financeira.

Entretanto, Isabel dos Santos foi alvo de vários processos-crime, com um mandado de captura internacional emitido. A gravidade das acusações e a sua fuga reforçaram a posição do Banco de Portugal quanto à sua falta de idoneidade. Para António Costa, o processo tornara-se incómodo, sobretudo enquanto Presidente do Conselho Europeu, cargo que exige isenção total face a suspeitas de favorecimento.

Este entendimento encerra um dos episódios mais controversos da política portuguesa recente, envolvendo a independência da supervisão bancária, alegada interferência política e os limites da liberdade de expressão em obras autobiográficas. O julgamento, que teria Marcelo Rebelo de Sousa como testemunha, foi assim evitado, encerrando um capítulo de forte tensão institucional.

EDIFICIO COVELO PARK - T0-T1-T2

Condomínio residencial, frente ao Parque do Coveiro, perto do Pólo Universitário e Hospital de S. João. Bons acessos e transportes. Excelentes acabamentos e áreas.

BOM INVESTIMENTO PARA VIVER OU ARRENDAR.

Tel.: 226 175 689 • 917 694 446 • 917 694 251

www.predialliz.com

442AMI